

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.746 - BA (2019/0358826-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES -
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RESERVA 3 INCORPORADORA S/A - EM RECUPERACAO
JUDICIAL
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
YUN KI LEE - SP131693
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO
PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DO SISTEMA DE JUIZADOS
ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS (MATUTINO) DE
SALVADOR - BA
INTERES. : CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA
ADVOGADO : LUCAS GOMES LIMA CARDOSO - BA045241

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e OUTROS, todas em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 3A VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS DE IMBUÍ - SALVADOR - BA, no qual tramita a demanda n.º 0006914-38.2018.8.05.0001 movida por CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA.

As suscitantes postulam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão da demanda em trâmite na Justiça Cível Baiana, bem assim a declaração da competência do Juízo recuperacional.

É o breve relatório. Passo a decidir o pedido liminar.

Em análise perfunctória, própria deste momento processual, não vislumbro a presença dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida liminar pleiteada.

Isso porque não houve a demonstração da iminência ou da efetiva prática de atos de constrição patrimonial dirigidos às suscitantes.

Consta dos autos apenas decisão julgando improcedente a exceção de pré-executividade apresentada pelas suscitantes (e-STJ, fls. 295/301).

De qualquer forma, entendo ser prudente, para o deslinde da controvérsia, a ciência exata das circunstâncias fáticas atuais das ações que tramitam perante os juízos suscitados, o que será possível mediante o envio das informações ora requisitadas.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Requisitem-se informações aos Juízos suscitados, no prazo de 10 dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre a execução de créditos promovida por CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA reconhecidos na demanda n.º 0006914-38.2018.8.05.0001 em trâmite perante o Juízo de Direito da 3A VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS DE IMBUÍ - SALVADOR - BA.

Comunique-se, com urgência.

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator